



Edital
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000002/2026

EDITAL

O **MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.150.556/0001-10, situado na Rua Bernardino Monteiro, n.º 22, Centro, Domingos Martins - ES, para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, das Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, pelas demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital.

LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 - AMPLA DISPUTA
DEMAIS LOTES - EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

Data da sessão: 30/04/2026

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br

Modalidade: Pregão

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO**

Modo de disputa: Aberto

Processo: 13922/2025

1. DO OBJETO E DISPOSIÇÕES PRELIMILARES.

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os tubos e canaletas deverão ser **pré-moldados em concreto vibroprensado**, armado ou simples, conforme o caso, atendendo integralmente às normas da **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)** e demais normas técnicas aplicáveis.

1.1.2. As peças deverão possuir resistência característica (fck) compatível com a classe de carga especificada, superfícies regulares, isentas de fissuras, falhas de concretagem ou imperfeições que comprometam sua durabilidade e estanqueidade.

1.1.3. O sistema de encaixe **macho e fêmea (ponta e bolsa)** deverá assegurar vedação eficiente e montagem rápida.

1.1.4. As dimensões, tolerâncias e formas de fabricação devem garantir uniformidade, intercambialidade e compatibilidade entre as peças.

1.1.5. O fornecimento incluirá **transporte, entrega e descarga nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, conforme programação previamente definida.

1.2. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO por item, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1. O modo de disputa será o aberto.

1.4. O Edital encontra-se disponível na internet nos sites www.domingosmartins.es.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ou ainda poderá ser obtida cópia na Sala da Comissão de Licitação localizada na Rua Bernardino Monteiro, n.º 85, prédio da Secretaria de Obras, Centro, Domingos Martins - ES, em dias úteis, no horário de 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00.

1.5. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: até às 23:59 horas do dia 27/04/2026.

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 13:00 horas do dia 16/04/2026.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 30/04/2026.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 30/04/2026.

1.6. REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF.

1.7. As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico anteriormente estabelecido; desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1.9. Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas, ficando responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítos www.domingosmartins.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como às publicações oficiais, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

1.10. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes, imediatamente ao Provedor - Portal de Compras Públicas.

1.11. O valor estimado ou valor máximo aceitável possuirá caráter sigiloso, conforme Artigo 24 da Lei 14.133/21, de forma a alcançar maior competitividade na disputa e maior economicidade para o município, conforme Recomendação Técnica nº 004/2023 do Controle Interno do Município.

1.12. Para fins do disposto no subitem anterior, o valor estimado ou valor máximo aceitável será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços - Anexo V do presente edital.

3. DO CREDENCIAMENTO.



3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública e serão utilizados recursos de tecnologia da informação, por meio de comunicação eletrônica via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" constante da página eletrônica do Portal de Compras Públicas (Provedor).

3.2.1. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2.2. O CADASTRO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM O REGISTRO da empresa.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. Os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2.2. Nos itens/lotos cujo valor total ultrapasse o limite previsto no subitem acima será estabelecido (para bens com natureza divisível) a cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto destinado exclusivamente para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.1.1. O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.



5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, após a fase de lances, a Pregoeira convocará a(s) empresa(s) vencedora(s) para anexar os documentos de habilitação exigidos no edital no **prazo prorrogável de 24 (vinte e quatro) horas**, e após este prazo encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, mediante a opção "Acesso identificado", na página inicial do site www.portaldecompraspublicas.com.br, conforme datas e horários limites estabelecidos no item 1.4 deste instrumento convocatório.

5.3. Será de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento de todas as informações requeridas pelo sistema, devendo o mesmo cuidar para que tais não o identifiquem sob pena de desclassificação.

5.4. O encaminhamento da proposta pelo licitante pressupõe seu pleno conhecimento e aceitação de todas as regras do certame.

5.5. Para a elaboração da proposta comercial o licitante deverá considerar os preços praticados no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

5.6. A proposta deverá indicar o preço unitário e total do item, e preferencialmente também o valor total da proposta.

5.6.1. Os lances formulados pelo licitante na Sessão Pública através do sistema eletrônico deverão indicar o VALOR UNITÁRIO DO ITEM expresso em Real (R\$).

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante registrado.

5.8. No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, prevalecerá aquela que for recebida e registrada em primeiro lugar.

5.9. O preço proposto deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos porventura ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como, exemplificativamente: impostos, taxas, transportes, seguros, embalagens, encargos, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, insumos de qualquer natureza, etc.

5.10. Quaisquer tributos, custos ou despesas, de qualquer natureza, omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Município sem ônus adicional.

5.11. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.13. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.14. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



5.15. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado e posteriormente os seus documentos de habilitação anexados somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

6.6. Subcontratação

6.6.1. Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o fornecimento, transporte e entrega dos materiais, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte.

6.7. Validade dos Produtos

6.7.1. Por se tratar de produtos **não perecíveis**, o requisito de validade não se aplica. Os materiais deverão, contudo, ser **novos, de primeira qualidade e fabricados recentemente**, garantindo a plena resistência e durabilidade conforme as normas técnicas aplicáveis.

6.8. Instalação e/ou Montagem

6.8.1. A presente contratação **não contempla serviços de instalação, montagem ou assentamento**. A responsabilidade da contratada limita-se ao fornecimento, transporte e descarga dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte. As atividades de assentamento e aplicação dos produtos serão executadas pela equipe da Administração Municipal.

6.9. Indicação de Marca ou Modelo

6.9.1. Não há indicação de marca ou modelo específicos nesta aquisição. O objeto licitado é de natureza comum, possuindo características padronizadas de mercado, amplamente disponíveis e atendidas por diversos fabricantes, sendo vedada a restrição à participação de fornecedores por marca, modelo ou fabricante.

6.9.2. Para fins de padronização, os materiais deverão atender às **especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e às normas da ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)**, ou norma que venha a substituí-la, podendo ser aceitas **marcas equivalentes** desde que apresentem desempenho e características técnicas compatíveis.

6.10. Garantia e Assistência Técnica

6.10.1. A presente aquisição **dispensa garantia e assistência técnica** específica, considerando-se tratar de bens não perecíveis, de longa durabilidade e baixa complexidade técnica, cuja manutenção e conservação são de responsabilidade da própria Administração Municipal.

6.10.2. Eventuais defeitos de fabricação constatados no momento da entrega deverão ser sanados pela contratada mediante **substituição imediata das peças** com defeito, sem ônus ao Município, conforme o previsto na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor**.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, ou superior, se adotado maior desconto.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.



7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo IMPRORROGÁVEL de 24 (vinte e quatro) horas**, considerando dia útil, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos **documentos de habilitação**, conforme item 9 deste edital, e se for o caso, dos **documentos complementares** (prospectos/ficha técnica/catálogo), quando necessários.

7.31. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado.

8.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.3. Após a finalização da fase de lances e negociação, não serão aceitas propostas com valores superiores aos estabelecidos no orçamento estimado do município.

8.4. As propostas com valores unitários superiores aos estabelecidos pela administração ao final da fase de lances e negociação, serão automaticamente desclassificadas no lote.

8.5. Será desclassificada também a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço manifestamente inexequível.



8.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. A Pregoeira convocará o licitante classificado em primeiro lugar para apresentação da proposta readequada e dos PROSPECTOS TÉCNICOS, entendidos como catálogos, fichas de produto ou especificações emitidas pelo fabricante dos produtos ofertados nos lotes, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo limite 24 (vinte e quatro) horas úteis, contados da convocação. Os prospectos deverão conter informações detalhadas sobre dimensões, materiais, resistência característica, tipo de encaixe (macho e fêmea/ponta e bolsa) e demais características relevantes, conforme a ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial) e outras normas correlatas.

8.9.1. Os prospectos deverão ser enviados via sistema, no prazo estipulado no item anterior, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio.

8.9.1.1. Os prospectos serão analisados em até 05 (cinco) dias úteis, por uma comissão formada pelos fiscais da contratação, que farão a análise em conjunto e emitirão a ata de análise de prospecto.

8.9.2. Se o(s) prospecto(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta do segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) prospectos(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações.

8.9.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de anexação de Ata de Análise no sistema.

8.9.4. Demais condições de apresentação e análise dos prospectos correrão conforme item 5.2 do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.12. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes da Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda no seguinte cadastro: Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, **a Pregoeira solicitará da(s) vencedora(s) a anexação dos documentos de habilitação exigidos neste edital, através de mensagem via chat no portal, concedendo o prazo IMPRORROGÁVEL de 24 (vinte e quatro) horas, considerando dia útil, para realização da anexação, sob pena de desclassificação, e posteriormente, verificará por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.**

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar após solicitação a respectiva documentação atualizada.

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



9.7. Para fins de HABILITAÇÃO, os licitantes deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. Documento de identidade do representante legal.

9.8.2. Registro comercial - no caso de empresa individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado - no caso de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.8.2.1. No caso em que houver consolidação do contrato social ou transformação do registro da empresa na última alteração, fica dispensada a apresentação das alterações anteriores.

9.8.3. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

9.8.4. No caso de Cooperativa: ata de eleição da diretoria e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede.

9.8.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) **emitido em até 60 (sessenta) dias** contados da data de abertura do certame;

9.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

9.9.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, referente à dívida Ativa da União, Tributos Federais e à Seguridade Social (**Certidão Conjunta**);

9.9.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do **Estado do Espírito Santo** e do estado onde a **empresa for sediada;**

9.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal do **município de Domingos Martins** e do município onde a **empresa for sediada;**

9.9.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.9.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão emitida no site <http://www.tst.jus.br> <<http://www.tst.jus.br>>.

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9.9 Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou



da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, apresentados na forma da lei;

9.10.3.1. No caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício ou ao período de existência da sociedade.

9.10.3.2 A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) dos dois últimos exercícios sociais, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, sendo aceito o **resultado igual ou maior a 1,0 (um inteiro)**.

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$

Passivo Circulante

$SG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

9.10.2.3. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1,0, em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do lote arrematado.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha o licitante fornecido materiais relativos ao objeto desta licitação, que atestem o desempenho da proponente quanto à qualidade dos mesmos, devidamente assinado pelo representante com papel timbrado ou carimbo do CNPJ do emissor.

9.12. DECLARAÇÕES

9.12.1. Declaração, conforme **Anexo II**, de:

- a) sujeição às condições estabelecidas no edital;
- b) inexistência de fato superveniente impeditivos à habilitação.
- c) idoneidade.
- d) cumprimento aos requisitos de habilitação.
- e) cumprimento ao disposto ao Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, com firma reconhecida ou assinatura digital.
- f) cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia Mista, do órgão celebrante.

i) que por ocasião da assinatura do contrato, ou de instrumento equivalente, cumpre a cota de reserva de vagas de aprendiz nos termos do Art 429 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

9.12.2. Declaração de proposta elaborada de forma independente, conforme modelo - **Anexo III**;

9.12.3. Devem ser apresentadas as declarações, com as INFORMAÇÕES e ASSINATURAS, conforme discriminadas nos modelos.

9.13. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME/EPP

9.13.1. Para comprovar sua condição de ME/EPP a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE** apresentar:

9.13.1.1. Declaração referente à Condição de ME/EPP, nos termos do **Anexo IV** deste Edital.

9.13.1.2. Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como ME ou EPP, com data de emissão não superior a **180 (cento e oitenta) dias**, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

9.13.2. Os documentos solicitados no item 9.10.3 e 9.13 **NÃO** são aplicáveis ao MEI (Microempreendedor Individual).

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Após o encaminhamento dos documentos de habilitação pelo provedor Portal de Compras Pública, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para:

9.17.1. Complementação/confirmação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.17.2. Atualização de documentos apresentados cuja validade tenha expirado, desde que, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores das certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) no momento da diligência pela Pregoeira.

9.17.2.1. Em se tratando de ME/EPP poderá ser aplicado o previsto no item 9.15.

9.17.3. Sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.18. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares conforme descrito nos subitens 9.17.1 e 9.17.2, o licitante será convocado via sistema a encaminhá-los, em formato digital no portal, no prazo a ser concedido pela Pregoeira, podendo ser de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante vencedor deverá ser encaminhada no **prazoimprorrogável de 24 (vinte e quatro) horas** a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, podendo ser solicitada concomitantemente aos documentos de habilitação para fins de agilidade processual, e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter preferencialmente a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão também os primeiros.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Após o julgamento das propostas e após a habilitação/inabilitação das participantes, o licitante interessado deverá manifestar imediatamente a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

11.1.1. Será considerada como manifestação imediata aquela efetuada por meio do sistema em até **30 (trinta) minutos** após a intimação ou lavratura da ata de habilitação/inabilitação.

11.1.2. A apreciação dar-se-á em fase única.



11.2. Declarado o vencedor, e feita a manifestação motivada da intenção de recurso nos termos do item anterior, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.1. O recurso/contrarrazão não será conhecido caso seja enviado fora do prazo registrado no sistema.

11.2.2. O recurso/contrarrazão não será conhecido caso trate de situação referente a item/lote não indicado na intenção de recurso.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante 1.4 deste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Julgados os recursos ou não havendo interposição de recurso, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Competente para adjudicação e homologação, e concomitantemente, a **Pregoeira encaminhará e-mail para as licitantes**, estipulando um prazo de 24 (vinte e quatro) horas e solicitando **manifestação** quanto ao aceite em cotar os bens/serviços com **preços iguais** aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, para fins de **formação de cadastro de reserva**, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, conforme especificado nos itens 14.8, 14.9, 14.10 e 14.11 deste edital.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, será firmada Ata de Registro de Preços conforme Minuta Anexo V deste edital, e de acordo com a necessidade da contratação, será firmado Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.1.1. O licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação, e posteriormente, mesmo prazo para assinar e/ou Contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de preços, do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária por meio eletrônico, para que seja assinado com assinatura digital do representante legal ou aceite no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do envio do e-mail.

14.2.2. O prazo previsto no subitem 14.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do Adjudicatário, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

II - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3. O Aceite da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. A referida Autorização/Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, anexo ao edital.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.8. Após a homologação da licitação, também deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

14.8.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

14.8.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

14.8.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.9. O registro a que se refere os itens anteriores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



14.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do subitem 14.8.2 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

14.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem os subitens 14.8 e 14.9 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

14.12. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no site oficial da Prefeitura de Domingos Martins e no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.13. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.13.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata a alínea "a" do subitem 14.8.2 (cadastro de reserva dos fornecedores que aceitaram contratar nas mesmas condições do vencedor) aceitar a contratação nos termos do disposto no subitem 14.13, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes de que trata a alínea "b" do inciso II do **caput** do art. 16 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.15. Demais regras acerca do registro dos preços, conforme Minuta Anexo V.

15. DA EXECUÇÃO, CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E REQUISITOS DA AQUISIÇÃO.

15.1. As regras acerca da execução, incluindo condições de recebimento e requisitos da aquisição são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. Os preços poderão sofrer reajuste após o prazo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que é 03/12/2025, conforme Relatório de Preços Médios anexado pela Gerência de Compras à págs. 118 do presente processo, aplicando-se o índice do IPCA, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência - parte integrante deste Edital.

17. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

17.1. Os critérios de gestão, fiscalização e acompanhamento do objeto desta licitação estão previstos no Termo de Referência parte integrante deste Edital.



18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência parte integrante deste Edital.

19. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca de medição e pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência parte integrante deste Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.4. Não assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.3 A aplicação das sanções administrativas obedecerá as disposições do Decreto Normativo nº INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - Nº 010/2023 - VERSÃO 01.

20.4 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções:

20.5 Em caso de aplicação da penalidade de multa, serão obedecidos os seguintes critérios:

20.5.1 multa de mora - punição de caráter pecuniário e será aplicada no caso de atraso injustificado na execução total ou parcial do contrato (entrega de bens ou prestação de serviço), correspondendo ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor previsto no subitem 20.5.1.1, limitado a 30 (trinta) dias.

20.5.1.1 A base de cálculo será o valor total contratado, em se tratando de entrega única, e o valor da parcela em mora, no caso de entrega parcelada.

20.5.2 As sanções de **multa de mora ou de multa compensatória**, aplicadas individual ou acumuladamente, não poderão ser inferiores a **0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado em contratação direta** e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital.

20.5.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



descontada da garantia prestada ou será cobrada por meio da emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou ainda judicialmente.

20.5.4 No cálculo de apuração do valor referente à penalidade de multa, deverão ser incluídos os dias de início, primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e o de efetivo adimplemento contratual.

20.5.5 A **multa compensatória** será aplicada por descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais. Possui caráter indenizatório, cujo objetivo é compensar a Administração pelos prejuízos causados e obedecerá às seguintes disposições:

I - o atraso injustificado e superior ao previsto no caput do artigo 8º (30 dias) será considerado inexecução contratual total ou parcial, sujeitando o infrator à cobrança, além de multa moratória, de multa compensatória de 1 a 5% (um a cinco por cento) sobre o valor total do contrato, conforme critérios estabelecidos no artigo 7º da IN IN SCI - Nº 010/2023 - VERSÃO 01, podendo ensejar sua extinção;

II -a inexecução, no todo ou em parte, de qualquer cláusula pactuada, sujeitando o infrator à multa compensatória de 6 a 10% (seis a dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ensejar sua extinção.

20.5.6 O percentual estabelecido no inciso II do item 20.5.5 poderá ser dobrado, nos casos de reincidência.

20.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.1.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados a Pregoeira, EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, através do Sistema Portal de Compras (www.portaldecompraspublicas.com.br).

22.2.1. Os esclarecimentos serão divulgados no referido portal.



22.3. As impugnações deverão ser realizadas EXCLUSIVAMENTE por forma eletrônica, em local próprio no Sistema Portal de Compras (www.portaldecompraspublicas.com.br), no prazo assinalado, observados os demais requisitos de admissibilidade, não tendo efeito suspensivo.

22.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.9. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.10. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



23.8. A Prefeitura Municipal de Domingos Martins poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.8.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.8.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.9. É facultado à Administração Pública, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME/EPP;

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO.

Domingos Martins - ES, 14 de abril de 2026.

Edna Modolo
Coordenadora de Apoio Administrativo



ANEXO I

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Lote	Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Marca/Modelo
001	003	0050461 9	CANALETA 0,30 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA CANALETA 0,30 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	1.300,000000			
002	004	0050462 0	CANALETA 0,40 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA CANALETA 0,40 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	950,000000			
003	006	0050462 1	CANALETA 0,60 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA CANALETA 0,60 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	713,000000			
004	022	0051205 4	LAJE PRÉ-MOLDADA PARA PV COM TAMPO DE FERRO FUNDIDO ARTICULADO MEDINDO 1,30M X 15 CM CM DE ESPESSURA SENDO FABRICADA EM CONCRETO 35 MPA E MALHA DE AÇO 8.0MM A CADA 10CM.	unidade	150,000000			
005	002	0050127 8	TUBO DE CONCRETO 0,20 CM DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,20 CM DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	400,000000			
006	012	0050128 0	TUBO DE CONCRETO 0,30 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,30	unidade	1.725,000000			



			CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA					
007	015	0050128 1	TUBO DE CONCRETO 0,40 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,40 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	2.550,000000			
008	019	0050128 3	TUBO DE CONCRETO 0,60 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,60 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	3.000,000000			
009	016	0050128 4	TUBO DE CONCRETO 0,80 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,80 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	413,000000			
010	008	0050136 3	TUBO DE CONCRETO 1,2 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1,2 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	360,000000			
011	010	0051194 6	TUBO DE CONCRETO 1,5 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1,5 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	300,000000			
012	001	0050128	TUBO DE CONCRETO 1	unidade	398,000000			



		5	MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA					
013	024	0051205 4	LAJE PRÉ-MOLDADA PARA PV COM TAMPO DE FERRO FUNDIDO ARTICULADO MEDINDO 1,30M X 15 CM CM DE ESPESSURA SENDO FABRICADA EM CONCRETO 35 MPA E MALHA DE AÇO 8.0MM A CADA 10CM.	unidade	50,000000			
014	025	0050128 0	TUBO DE CONCRETO 0,30 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,30 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	575,000000			
015	027	0050128 1	TUBO DE CONCRETO 0,40 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,40 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	850,000000			
016	029	0050128 3	TUBO DE CONCRETO 0,60 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 0,60 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	1.000,000000			
017	031	0050128 4	TUBO DE CONCRETO 0,80 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	137,000000			



			TUBO DE CONCRETO 0,80 CM DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA					
018	033	0050136 3	TUBO DE CONCRETO 1,2 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1,2 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	120,000000			
019	035	0051194 6	TUBO DE CONCRETO 1,5 MT DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1,5 MT DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	100,000000			
020	037	0050128 5	TUBO DE CONCRETO 1 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA TUBO DE CONCRETO 1 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	unidade	132,000000			
021	039	0050462 1	CANALETA 0,60 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA CANALETA 0,60 CM; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	unidade	237,000000			

**TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS POR LICITAÇÃO**

SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Interior e Transporte

Solicitação N.º: 952/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Registro de preços para **aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado**, com variações de diâmetro e formato, destinados às obras e manutenções de drenagem pluvial, canalização de águas superficiais e melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Domingos Martins, no



âmbito da **Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e demais anexos do processo.

A presente contratação visa garantir o **fornecimento contínuo e sob demanda** de materiais de drenagem, necessários à execução e manutenção das estradas vicinais e vias públicas, assegurando o correto escoamento das águas pluviais, a prevenção de erosões, alagamentos e danos estruturais, promovendo segurança, durabilidade e eficiência nas obras públicas municipais.

A licitação será realizada **por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com **parcelamento por item**, de modo que cada tipo e diâmetro de tubo ou canaleta corresponda a um lote distinto, conforme o art. 47 da Lei nº 14.133/2021. Essa sistemática visa ampliar a competitividade, possibilitar a participação de diferentes fornecedores e garantir a economicidade do certame.

1.2 Especificações Técnicas

Os tubos e canaletas deverão ser **pré-moldados em concreto vibroprensado**, armado ou simples, conforme o caso, atendendo integralmente às normas da **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)** e demais normas técnicas aplicáveis.

As peças deverão possuir resistência característica (fck) compatível com a classe de carga especificada, superfícies regulares, isentas de fissuras, falhas de concretagem ou imperfeições que comprometam sua durabilidade e estanqueidade.

O sistema de encaixe **macho e fêmea (ponta e bolsa)** deverá assegurar vedação eficiente e montagem rápida.

As dimensões, tolerâncias e formas de fabricação devem garantir uniformidade, intercambialidade e compatibilidade entre as peças.

O fornecimento incluirá **transporte, entrega e descarga nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, conforme programação previamente definida.

ITEM	QUANTIDADE
TUBO DE CONCRETO 0,20 cm DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	200
TUBO DE CONCRETO 0,30 cm DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	2.000
TUBO DE CONCRETO 0,40 cm DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	3.000
TUBO DE CONCRETO 0,60 cm DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	3.500
TUBO DE CONCRETO 1 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	450
TUBO DE CONCRETO 1,2 MT DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	400
CANALETA 0,30 cm; 1 MT	100



COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	
CANALETA 0,40 cm; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	100
CANALETA 0,60 cm; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	100
TUBO DE CONCRETO 1,5 MT DE DIÂMETRO; 1 MT COMPRIMENTO; PONTA E BOLSA	300
TUBO DE CONCRETO 0,80 cm DE DIÂMETRO; 1 MT DE COMPRIMENTO; COM ARMAÇÃO; PONTA E BOLSA	450

1.3 Da natureza do objeto

Os bens objeto deste Termo de Referência são **bens comuns**, amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e de baixa complexidade técnica, não sendo considerados bens de luxo.

Dessa forma, a licitação será realizada **na modalidade Pregão Eletrônico**, sob a forma de **Registro de Preços**, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, objetivando futura e eventual **aquisição sob demanda**, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

2.1 A presente contratação, na forma de **Registro de Preços**, tem por finalidade a **aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado**, novos e de primeira qualidade, destinados às obras de infraestrutura e drenagem pluvial executadas pela **Secretaria Municipal de Interior e Transporte** do Município de Domingos Martins.

A decisão pela aquisição desse tipo de material fundamenta-se na necessidade de garantir o **escoamento adequado das águas pluviais**, prevenindo alagamentos, erosões e danos à malha viária, especialmente nas estradas rurais, cuja conservação é essencial para o transporte escolar, o escoamento da produção agrícola e a mobilidade da população.

A **solução em concreto vibroprensado** foi escolhida por apresentar **melhor desempenho técnico, maior durabilidade e excelente custo-benefício** ao longo de seu ciclo de vida útil. Esse tipo de concreto possui alta resistência mecânica, estanqueidade superior, baixa absorção de água e reduzida necessidade de manutenção, o que proporciona significativa **economia de recursos públicos a médio e longo prazo**.

Por tratar-se de elementos **pré-moldados**, a execução das obras torna-se mais ágil e padronizada, reduzindo o tempo de intervenção nas vias e aumentando a segurança operacional. A tecnologia vibroprensada garante uniformidade dimensional, vedação eficiente e compatibilidade entre peças, permitindo montagem rápida e precisa pelas equipes da Administração.

A **mão de obra municipal** já possui experiência consolidada na instalação desse tipo de material, não havendo necessidade de treinamentos específicos ou contratação de serviços especializados. As atividades de assentamento e manutenção preventiva serão realizadas pelas equipes da própria Secretaria, utilizando maquinário e recursos já disponíveis, o que assegura **autonomia operacional e racionalidade econômica**.

Quanto à **assistência técnica e manutenção**, não se identificam exigências específicas, uma vez que os materiais adquiridos são de natureza não perecível, exigindo apenas cuidados rotineiros de conservação durante o manuseio, transporte e assentamento. Sua durabilidade e resistência às intempéries e à abrasão dispensam serviços de manutenção especializada, bastando a correta instalação e compactação do solo.



A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** permite que as aquisições ocorram **de forma gradual e conforme a demanda das Secretarias**, evitando acúmulo de estoques e garantindo o uso racional dos recursos públicos. Essa sistemática também amplia a competitividade e assegura o fornecimento contínuo, especialmente em situações emergenciais provocadas por chuvas intensas ou rompimentos de drenagem.

Assim, a solução adotada revela-se **tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente eficiente**, compatível com a realidade do Município e com os princípios da **eficiência, economicidade e sustentabilidade** que regem a Administração Pública.

Os tubos e canaletas deverão ser pré-moldados em concreto vibroprensado, armado ou simples, conforme normas técnicas vigentes;

Os materiais deverão atender aos requisitos de qualidade, durabilidade, resistência, segurança estrutural e conformidade com as normas da ABNT aplicáveis;

A entrega ocorrerá no endereço da Secretaria Municipal de Interior e Transporte – SECINT, podendo, ainda, ser realizada em qualquer local no território do Município de Domingos Martins/ES, conforme a necessidade e demanda da Secretaria.

3. VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2 Considera-se que o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado apenas para a conclusão da aquisição, quando necessário.

3.3 Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado para a contratação definido pela Prefeitura.

3.4 Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado para a contratação definido pela Prefeitura, aplicando-se o índice de IPCA.

3.5 Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

3.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.8 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da contratada, logo após a conclusão do período aquisitivo.

3.9 Caso a contratada não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue a contratação sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao mesmo.

3.10 Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, não haverá renovação dos quantitativos inicialmente registrados, sendo permitida apenas a utilização do saldo remanescente existente, vedada a recomposição dos quantitativos.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei n. 14.133/2021)



4.1 A presente contratação tem por finalidade atender à **necessidade de aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado**, a serem utilizados nas obras e serviços de **drenagem pluvial, manutenção e melhoria das vias públicas e estradas rurais** do Município de Domingos Martins, sob responsabilidade da **Secretaria Municipal de Interior e Transporte**.

O município possui extensa malha viária rural, que demanda intervenções constantes para garantir a trafegabilidade, segurança dos usuários e o escoamento eficiente da produção agrícola. Em diversos trechos, foram identificados **problemas recorrentes de drenagem inadequada, erosões e obstruções**, ocasionados pelo desgaste natural, pelo tráfego pesado e pela exposição prolongada às intempéries.

A degradação dos dispositivos de drenagem existentes — como tubos danificados, deslocados ou obstruídos — tem causado **alagamentos, rompimentos de cabeceiras e interrupções no tráfego**, especialmente durante o período chuvoso. Diante desse cenário, torna-se indispensável dotar a Secretaria de materiais adequados e disponíveis para pronta intervenção, tanto em ações **corretivas** quanto **preventivas**, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais.

A escolha pelos **tubos e canaletas pré-moldados de concreto vibroprensado** fundamenta-se em critérios **técnicos, econômicos e operacionais**, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui este processo. Trata-se de material consolidado no mercado, fabricado conforme a **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)**, com **alta resistência mecânica, durabilidade e excelente desempenho estrutural**, características indispensáveis para as condições de tráfego e relevo do município.

Do ponto de vista econômico, o concreto vibroprensado apresenta o **melhor custo-benefício ao longo do ciclo de vida útil**, pois exige pouca manutenção e reduz significativamente a necessidade de reposições, resultando em economia para os cofres públicos. Além disso, a disponibilidade de fornecedores regionais permite **logística ágil e custo reduzido de transporte**, fortalecendo o comércio local e garantindo eficiência operacional.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, por sua vez, justifica-se pela necessidade de **fornecimento contínuo e sob demanda**, possibilitando que as aquisições sejam realizadas conforme as necessidades das secretarias, sem gerar acúmulo de estoques ou desperdício de recursos. Essa sistemática está em conformidade com o **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, que prevê o registro formal de preços para contratações frequentes ou parceladas.

A presente contratação encontra respaldo legal nos seguintes dispositivos:

- **Lei nº 14.133/2021** (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente os artigos 6º, inciso XXIII, 18, 47 e 82;
- **Decreto Municipal que regulamenta o SRP**, quando aplicável;
- **Normas Técnicas da ABNT**, em especial a **NBR 8890/2023**;
- **Plano de Contratações Anual (PCA)** do Município, no qual a demanda está devidamente prevista.

Em síntese, a contratação ora proposta é **necessária, técnica e economicamente viável**, e visa garantir a manutenção adequada da infraestrutura viária e de drenagem municipal, promovendo **segurança, durabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos**.

A adoção desta solução está em conformidade com os princípios de **planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público**, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

A aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado deverá observar os requisitos técnicos, normativos e operacionais mínimos que assegurem a qualidade, a durabilidade e a conformidade do material com as condições de uso previstas neste Termo de Referência.

5.1 Indicação de Marca ou Modelo



5.1.1 Não há indicação de marca ou modelo específicos nesta aquisição. O objeto licitado é de natureza comum, possuindo características padronizadas de mercado, amplamente disponíveis e atendidas por diversos fabricantes, sendo vedada a restrição à participação de fornecedores por marca, modelo ou fabricante.

5.1.2 Para fins de padronização, os materiais deverão atender às **especificações técnicas previstas neste Termo de Referência** e às **normas da ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)**, ou norma que venha a substituí-la, podendo ser aceitas **marcas equivalentes** desde que apresentem desempenho e características técnicas compatíveis.

5.2 Apresentação de Amostra ou Prospecto

5.2.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **prospectos técnicos**, entendidos como **catálogos, fichas de produto ou especificações emitidas pelo fabricante**, que comprovem que o material ofertado atende integralmente às exigências deste Termo de Referência e às normas técnicas aplicáveis.

5.2.2 Os prospectos deverão conter informações detalhadas sobre **dimensões, materiais, resistência característica, tipo de encaixe (macho e fêmea/ponta e bolsa)** e demais características relevantes, conforme a **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)** e outras normas correlatas.

5.2.3 Não será exigida amostra física dos produtos, considerando tratar-se de bens **padronizados, industrializados e de especificações normatizadas**, cuja conformidade técnica pode ser verificada por meio da documentação apresentada.

5.2.4 Caso o **prospecto técnico apresentado não atenda integralmente às especificações exigidas neste Termo de Referência**, a **proposta será desclassificada**, sendo convocado o **próximo licitante classificado**, conforme disposto no art. 59, inciso I, da **Lei nº 14.133/2021**.

5.3 Da Vedação de Contratação de Marca/Produto

Não há, até o momento, vedação de marcas ou produtos específicos relacionada ao presente objeto. Serão aceitos todos os produtos que atendam integralmente às especificações técnicas, normativas e de qualidade estabelecidas neste Termo de Referência, independentemente da marca comercial, observada a equivalência técnica.

5.4 Subcontratação

5.4.1 Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o fornecimento, transporte e entrega dos materiais, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte.

5.5 Garantia e Assistência Técnica

5.5.1 A presente aquisição **dispensa garantia e assistência técnica** específica, considerando-se tratar de bens não perecíveis, de longa durabilidade e baixa complexidade técnica, cuja manutenção e conservação são de responsabilidade da própria Administração Municipal.

5.5.2 Eventuais defeitos de fabricação constatados no momento da entrega deverão ser sanados pela contratada mediante **substituição imediata das peças** com defeito, sem ônus ao Município, conforme o previsto na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor**.

5.6 Validade dos Produtos



Por se tratar de produtos **não perecíveis**, o requisito de validade não se aplica. Os materiais deverão, contudo, ser **novos, de primeira qualidade e fabricados recentemente**, garantindo a plena resistência e durabilidade conforme as normas técnicas aplicáveis.

5.7 Instalação e/ou Montagem

A presente contratação **não contempla serviços de instalação, montagem ou assentamento**. A responsabilidade da contratada limita-se ao fornecimento, transporte e descarga dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte. As atividades de assentamento e aplicação dos produtos serão executadas pela equipe da Administração Municipal.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 Forma e Prazo de Entrega

O objeto deste Termo de Referência deverá ser **entregue de forma parcelada**, conforme as necessidades da **Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes.

O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante **emissão de Autorização de Fornecimento (AF)** ou documento equivalente expedido pela Secretaria solicitante. O prazo máximo para entrega, contado da data da solicitação formal, será de **até 7 (sete) dias corridos**, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração.

A entrega será realizada **de maneira programada**, conforme cronograma ou requisição, podendo ocorrer em diferentes períodos do exercício, de acordo com a necessidade operacional da Prefeitura.

6.2 Ocorrendo fato superveniente que impeça o fornecedor de realizar a entrega dentro do prazo estabelecido, este deverá **comunicar formalmente** as razões do impedimento **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, apresentando justificativa e documentação comprobatória. A solicitação será analisada pela Administração, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade, ressalvados os casos de **força maior ou caso fortuito**.

6.3 Caso a entrega não seja efetuada no prazo estabelecido, e não havendo justificativa aceita pela Administração, o fornecedor sujeitar-se-á às penalidades decorrentes deste fato.

6.4 A entrega será realizada no pátio da Secretaria Municipal de Interior e Transporte – SECINT, localizado na Rua Waldemiro A Hulle, nº 48, Domingos Martins/ES, CEP: 29260-000, em dias e horários previamente agendados com a Secretaria requisitante, **podendo, ainda, ocorrer em outros locais no âmbito do município de Domingos Martins/ES**, conforme a necessidade e destinação dos materiais.

6.5 O transporte e a entrega dos bens no(s) local(is) indicado(s) acima são de responsabilidade do fornecedor.

6.6 A entrega deverá ser realizada pelo fornecedor em dias úteis, obedecendo ao horário de funcionamento da Prefeitura, com início a partir das 08 horas e encerramento, no máximo, às 17 horas.

6.7 A Prefeitura não se obriga ao recebimento dos bens em horários ou dias em que não há expediente nas repartições públicas municipais.

6.8 Será **recusado** qualquer produto **deteriorado, adulterado, avariado, corrompido ou em desacordo com as normas regulamentares de fabricação e distribuição**, bem como aquele que **não atender às especificações do Termo de Referência**.

6.9 Os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:



6.10 Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências e especificações solicitadas.

6.10.1 O recebimento provisório está voltado à conferência de volumes, confrontando-se Nota Fiscal do fornecedor com os respectivos registros e controles de compra.

6.10.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.

6.11 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:

6.11.1 Se for sobre a especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.11.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a Administração, no prazo máximo de (03) três dias úteis, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

6.12.1.2 O Município aceitará apenas uma única substituição, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.12.2 Se for sobre diferença nas características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.12.2.1 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

6.13 O recebimento provisório ou definitivo não isenta o fornecedor quanto às responsabilidades futuras sobre a qualidade do produto entregue durante o prazo de garantia e as respectivas condições.

6.14 Se verificada, a qualquer tempo, a inadequação do produto, e a empresa não realizar a troca nos prazos e condições previstas, ou se o material trocado também apresentar inadequação, a empresa ficará sujeita às penalidades, sem isenção da responsabilidade criminal.

7. SOBRE O PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado **de forma parcelada, proporcionalmente às entregas realizadas**, conforme as requisições emitidas e os recebimentos definitivos dos materiais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O pagamento será realizado **mediante apresentação da Nota Fiscal** correspondente à Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte, devidamente **atestado o recebimento definitivo** pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Não serão aceitas Notas Fiscais com **emendas, rasuras ou divergências** em relação às quantidades e valores registrados nas Autorizações de Fornecimento.

7.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite total e definitivo dos produtos, e o ateste da Secretaria requisitante, com a apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, sem emendas ou rasuras, conforme Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

7.3 Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura definitivamente retificada.

7.4 O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, constante na Nota Fiscal/Fatura.



7.5 O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedado ao fornecedor realizar cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

7.6 A Prefeitura Municipal de Domingos Martins poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

7.7 Para a efetivação do pagamento, o fornecedor deverá manter as mesmas condições no que se refere à Proposta e à Habilitação, bem como fornecer os documentos necessários a comprovação da despesa exigidos pela secretaria requisitante.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

8.1 As condições da aquisição deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2 A execução da aquisição será acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) identificados a seguir, da Secretaria Municipal de Interior e Transporte, de forma a fazer cumprir rigorosamente as condições expressas neste Termo de Referência.

Natyelle Silva Guarnier, Gerente de Manutenção e Conservação de Estradas Rurais, Mat 17916, e-mail secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

Elson Luiz Mayer, Gerente Regional, Mat 19341, email secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Pela consecução dos objetivos previstos neste Termo e na respectiva Ata de Registro de Preços, a Contratada, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

9.1 Atender integralmente ao fornecimento do objeto, de acordo com as **especificações técnicas, prazos e condições** constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na Ata de Registro de Preços e no contrato (quando houver), conforme a proposta apresentada e a legislação vigente, sem qualquer ônus adicional para a Administração, observando os **padrões de segurança e qualidade exigidos**.

9.2 Responsabilizar-se pela **boa execução, qualidade e eficiência** no fornecimento dos bens, incluindo o cumprimento integral das normas técnicas aplicáveis e demais dispositivos legais.

9.3 **Reparar, corrigir, substituir ou remover**, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer bens em que se verifiquem irregularidades, defeitos ou divergências quanto às especificações exigidas.

9.4 Providenciar a **imediate correção das deficiências** apontadas pela Administração quando da conferência ou recebimento dos produtos.

9.5 Apresentar, sempre que solicitado, **documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos**, inclusive catálogos técnicos, fichas de produto ou laudos de conformidade.

9.6 Comunicar por escrito ao Município quaisquer **ocorrências ou anormalidades** que possam comprometer a execução contratual, propondo as medidas corretivas necessárias.

9.7 Assumir **plena responsabilidade por danos** causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento, mesmo que de forma culposa, isentando o Município de toda e qualquer reclamação, judicial ou extrajudicial. O Município poderá descontar o valor correspondente de eventuais créditos devidos à Contratada.



- 9.8** Arcar com **todos os custos** relativos ao fornecimento, incluindo transporte, frete, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à perfeita execução do contrato.
- 9.9** Manter **endereço eletrônico (e-mail) válido** para comunicação oficial com a Administração, devendo informar imediatamente qualquer alteração.
- 9.10** Fiscalizar internamente o **cumprimento das obrigações contratuais**, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Município.
- 9.11** Não permitir que empregados ou prepostos **forneçam bens ou serviços além do previsto** neste Termo e na Ata de Registro de Preços.
- 9.12** Executar o objeto contratual por meio de **pessoas idôneas**, responsabilizando-se por atos e omissões de seus empregados, podendo o Município exigir a substituição de qualquer colaborador cuja conduta seja inadequada.
- 9.13** Prestar **esclarecimentos imediatos** sempre que solicitado pela Administração, atendendo prontamente às eventuais reclamações.
- 9.14** Manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos decorrentes, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas no edital, inclusive a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária**.
- 9.15** Adotar **conduta ética, profissional e transparente** em todas as interações com a Administração, abstendo-se de qualquer prática ilegal, imoral ou que possa prejudicar a imagem do Município.
- 9.16** Garantir que **todas as comunicações formais** relativas à execução do contrato sejam realizadas **por escrito**, via e-mail institucional ou outro canal previamente acordado.
- 9.17** Direcionar comunicações verbais exclusivamente ao **Gestor e ao Fiscal do Contrato** designados pela Administração, mantendo sempre tratamento **respeitoso, formal e profissional**.
- 9.18** **Registrar todas as ocorrências** durante a execução contratual, comunicando-as imediatamente ao Município.
- 9.19** Responsabilizar-se por **vícios de qualidade ou quantidade**, bem como por disparidades em relação às especificações técnicas, ainda que verificados após a entrega, nos termos do **Código de Defesa do Consumidor**.
- 9.20** Nomear **preposto formalmente identificado** para representar a empresa durante toda a execução contratual, com poderes para responder pela Contratada perante o Município.
- 9.21** Manter **sigilo absoluto** sobre todas as informações, documentos e dados que tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por qualquer divulgação indevida, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.
- 9.22** Efetuar o pagamento de todos os **tributos, contribuições e encargos legais** incidentes sobre o contrato, apresentando, quando solicitado, os respectivos comprovantes de quitação.
- 9.23** Cumprir o disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.
- 9.24** Assumir integral responsabilidade por todas as **obrigações trabalhistas e previdenciárias** decorrentes da execução contratual, inexistindo vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.
- 9.25** Manter **padrões elevados de ética, responsabilidade social e ambiental**, observando a legislação nacional e os compromissos internacionais de direitos humanos e sustentabilidade.
- 9.26** É **vedada a subcontratação, cessão ou transferência**, total ou parcial, do objeto deste contrato, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Pela consecução dos objetivos previstos neste Termo e na respectiva Ata de Registro de Preços, a Contratante, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

10.1 Fiscalizar o **perfeito cumprimento do objeto e das cláusulas** constantes no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato, quando houver, observando a conformidade técnica, quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos.

10.2 Comunicar à Contratada, **por escrito**, quaisquer irregularidades observadas durante o fornecimento, sejam relacionadas à qualidade do material, prazos de entrega ou outras inconformidades, para que sejam adotadas as **providências imediatas** visando à correção.

10.3 Efetuar o **pagamento das Notas Fiscais** apresentadas pela Contratada, conforme os prazos, condições e critérios estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência, após o **atesto de recebimento definitivo** do objeto.

10.4 Promover o **acompanhamento e fiscalização técnica** da execução, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando as ocorrências relevantes e solicitando, quando necessário, **as medidas corretivas** cabíveis.

10.5 **Rejeitar, total ou parcialmente**, o objeto entregue pela Contratada que esteja em desacordo com as especificações do Edital, Termo de Referência, proposta ou legislação vigente.

10.6 Verificar se a Contratada **mantém, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas**, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

10.7 **Aplicar as sanções administrativas** previstas em lei e neste instrumento, sempre que constatado o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada.

10.8 **Fornecer informações e esclarecimentos** sempre que solicitados pela Contratada, de modo a viabilizar a execução adequada do fornecimento e o cumprimento das obrigações contratuais.

10.9 **Garantir condições adequadas para a entrega dos materiais**, especialmente quanto ao acesso aos locais designados, horários e infraestrutura de recebimento, quando as entregas forem realizadas dentro das dependências do Município.

10.10 **Abster-se de solicitar aos empregados da Contratada** a execução de serviços que não estejam previstos neste instrumento, bem como de conceder quaisquer **vantagens, benefícios ou pagamentos diretos** a esses empregados.

11. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 A seleção do fornecedor se dará por meio de **procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso IV, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, e conforme disposições do **Decreto Federal nº 10.024/2019** e demais normas aplicáveis.

11.1.1 O **critério de julgamento** adotado será o de **menor preço por item**, conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

A adoção desse critério visa ampliar a competitividade, assegurar a vantajosidade econômica para a Administração e permitir que diferentes fornecedores possam participar, considerando a diversidade dos itens a serem adquiridos.

11.2 As **exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira** serão aquelas **usualmente aplicadas pelo Município**, previstas na Lei nº 14.133/2021, e estarão detalhadas no



Edital, de modo a assegurar a seleção de proponente que comprove aptidão técnica e regularidade para a execução do objeto.

11.3 Para aquisição dos bens será adotado o **Sistema de Registro de Preços – SRP**, conforme justificativa apresentada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, tendo em vista que:
a) os bens a serem adquiridos são **de uso frequente** pelas Secretarias Municipais;
b) o consumo é **variável ao longo do exercício**; e
c) a contratação pelo SRP permite **maior flexibilidade, eficiência e economicidade** nas aquisições, conforme dispõe o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

12. ESTIMATIVA DA AQUISIÇÃO

12.1 O custo estimado da aquisição já foi detalhado no Estudo Técnico Preliminar, porém possui para a Prefeitura de Domingos Martins caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme o artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e a Recomendação Técnica nº 004/2023 (Processo PMDM nº 2861/2023) emitida pela Controladoria Interna.

12.2 A Administração Pública Municipal entende ser de fundamental importância a não divulgação da estimativa de preço da contratação na fase preparatória, de forma a diferir o fornecimento do preço de referência aos licitantes interessados para momento posterior a fase de lances, sem prejuízo ao princípio da isonomia, mas com o único intuito de resguardar o princípio da eficiência e da economicidade, obtendo maior competitividade nos processos aquisitivos e maiores reduções nos valores a serem pagos.

12.3 O orçamento sigiloso é uma importante ferramenta para impedir que os licitantes utilizem o valor estimado como suporte para elevar suas propostas, de forma que a Prefeitura consiga aumentar a competitividade pela redução da assimetria informacional.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações nas quais incorrer, conforme especificado no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A contratada estará sujeita as disposições sancionatórias previstas no Edital (quando houver), nos artigos 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aos procedimentos especificados na Instrução Normativa SCI nº 010/2023, de acordo com a última versão aprovada.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Domingos Martins para o ano de 2025.

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



ANEXO II

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Referência:

Pregão ELETRÔNICO Nº 000002/2026

Objeto: **Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos.**

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., localizada à, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade Nº e CPF Nº....., declara para os fins de direito, para participação no **Pregão ELETRÔNICO Nº 000002/2026** da Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

a) que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto;

b) a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente.

c) não ter recebido do Município de Domingos Martins / ES ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal

c) que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório no Município de Domingos Martins - **Pregão ELETRÔNICO Nº 000002/2026.**

e) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia Mista, do órgão celebrante.

i) que por ocasião da assinatura do contrato, ou de instrumento equivalente, cumpre a cota de reserva de vagas de aprendiz nos termos do Art 429 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Por ser verdade, firma a presente.



PREFEITURA DE
**DOMINGOS
MARTINS**

Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro
Domingos Martins-ES, CEP: 29.260-000
www.domingosmartins.es.gov.br
E-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br
Tel: (27) 93618-2338

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2026

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)

¹Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Referência:

Pregão ELETRÔNICO Nº 000002/2026

Objeto: Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos.

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., localizada à, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade Nº e CPF Nº....., para fins do disposto no edital de licitação do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026**, declara, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026** quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico Nº 000002/2026** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do município de Domingos Martins/ES, antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(LOCAL), ___ DE _____ DE 2026

.....
(NOME, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA - MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Referência:

Pregão ELETRÔNICO Nº 000002/2026

Objeto: **Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos.**

A (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., localizada à, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade Nº e CPF Nº....., **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da Lei Nº 14.133/2021,

DECLARA, para fins da LCc 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** - receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do Art. 3º da Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

• esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;

• a não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC Nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

(LOCAL), ____ DE _____ DE 2026

NOME, ASSINATURA DO **RESPONSÁVEL LEGAL** E CPF

.....

(PAPEL TIMBRADO E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA)



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2026

O **MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS**, Estado do Espírito Santo, com sede na Rua Bernardino Monteiro, nº 22, Centro desta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 27.150556/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Eduardo José Ramos**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxx**, representada pelo(a) Secretária(o) Municipal Sr.(a). xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designada FORNECEDOR, representada pelo(a) Sr.(a), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e 147/2014, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do **Pregão Eletrônico** nº 000002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços é a Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 000002/2026 e seus anexos.

1.1.1. Os tubos e canaletas deverão ser **pré-moldados em concreto vibroprensado**, armado ou simples, conforme o caso, atendendo integralmente às normas da **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)** e demais normas técnicas aplicáveis.

1.1.2. As peças deverão possuir resistência característica (fck) compatível com a classe de carga especificada, superfícies regulares, isentas de fissuras, falhas de concretagem ou imperfeições que comprometam sua durabilidade e estanqueidade.

1.1.3. O sistema de encaixe **macho e fêmea (ponta e bolsa)** deverá assegurar vedação eficiente e montagem rápida.

1.1.4. As dimensões, tolerâncias e formas de fabricação devem garantir uniformidade, intercambialidade e compatibilidade entre as peças.

1.1.5. O fornecimento incluirá **transporte, entrega e descarga nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, conforme programação previamente definida.

1.2. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 000002/2026, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. Serão registrados nesta ata os preços e os quantitativos do adjudicatário conforme item 4 desta ata.

2.2. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços.

2.3. Será incluído nesta ata, na forma de anexo, o registro:



- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e
- c) será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

2.3.1. O registro a que se refere o item anteriorm por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do subitem 1.6 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

2.3.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o subitem 1.6 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nos casos previstos no item 14.11 do Edital da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA.

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, não haverá renovação dos quantitativos inicialmente registrados, sendo permitida apenas a utilização do saldo remanescente existente, vedada a recomposição dos quantitativos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ (.....).

4.1.1 A discriminação do objeto e dos valores unitários e totais dos itens é a discriminada a seguir: (OU: é a discriminada no Relatório Anexo, parte integrante desta Ata de Registro de Preços)

Lot e	Item	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
VALOR TOTAL R\$							

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será efetuado **de forma parcelada, proporcionalmente às entregas realizadas**, conforme as requisições emitidas e os recebimentos definitivos dos materiais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



O pagamento será realizado **mediante apresentação da Nota Fiscal** correspondente à Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte, devidamente **atestado o recebimento definitivo** pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Não serão aceitas Notas Fiscais com **emendas, rasuras ou divergências** em relação às quantidades e valores registrados nas Autorizações de Fornecimento.

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite total e definitivo dos produtos, e o ateste da Secretaria requisitante, com a apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, sem emendas ou rasuras, conforme Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

5.3. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura definitivamente retificada.

5.4. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, constante na Nota Fiscal/Fatura.

5.5. O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedado ao fornecedor realizar cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

5.6. A Prefeitura Municipal de Domingos Martins poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

5.7. Para a efetivação do pagamento, o fornecedor deverá manter as mesmas condições no que se refere à Proposta e à Habilitação, bem como fornecer os documentos necessários a comprovação da despesa exigidos pela secretaria requisitante.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.
 - c.1) No caso de reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice proposto no Edital.
 - c.2) No caso de repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios do edital e da lei.

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2. Na hipótese prevista no subitem 11.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto item 12 desta ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.



6.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a Prefeitura Municipal de Domingos Martins como gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3.1. Para fins do disposto item 11.3, o fornecedor encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Prefeitura Municipal de Domingos Martins e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto do item 12 desta ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

6.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 12, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 11.3 e 11.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. Para atualizar ou alterar os preços deverá ser emitida nova Ata de Registro de Preços, com a indicação dos novos preços a serem praticados, devendo ser assinada pelos órgãos gerenciador e participante e pelo fornecedor.

6.3.7. A Ata de Registro de Preços atualizada ou alterada deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

6.3.8. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, uma vez que a alteração da Ata não modifica automaticamente os contratos dela decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO.

7.1. Forma e Prazo de Entrega

7.1.1. O objeto desta Ata deverá ser **entregue de forma parcelada**, conforme as necessidades da **Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes.

7.1.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante **emissão de Autorização de Fornecimento (AF)** ou documento equivalente expedido pela Secretaria solicitante. O prazo máximo para entrega, contado da data da solicitação formal, será de **até 7 (sete) dias corridos**, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração.

7.1.3. A entrega será realizada **de maneira programada**, conforme cronograma ou requisição, podendo ocorrer em diferentes períodos do exercício, de acordo com a necessidade operacional da Prefeitura.

7.2. Ocorrendo fato superveniente que impeça o fornecedor de realizar a entrega dentro do prazo estabelecido, este deverá **comunicar formalmente** as razões do impedimento **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, apresentando justificativa e documentação comprobatória. A solicitação será analisada pela Administração, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade, ressalvados os casos de **força maior ou caso fortuito**.



7.3. Caso a entrega não seja efetuada no prazo estabelecido, e não havendo justificativa aceita pela Administração, o fornecedor sujeitar-se-á às penalidades decorrentes deste fato.

7.4. A entrega será realizada no pátio da Secretaria Municipal de Interior e Transporte – SECINT, localizado na Rua Waldemiro A Hulle, nº 48, Domingos Martins/ES, CEP: 29260-000, em dias e horários previamente agendados com a Secretaria requisitante, **podendo, ainda, ocorrer em outros locais no âmbito do município de Domingos Martins/ES**, conforme a necessidade e destinação dos materiais.

7.5. O transporte e a entrega dos bens no(s) local(is) indicado(s) acima são de responsabilidade do fornecedor.

7.6. A entrega deverá ser realizada pelo fornecedor em dias úteis, obedecendo ao horário de funcionamento da Prefeitura, com início a partir das 08 horas e encerramento, no máximo, às 17 horas.

7.7. A Prefeitura não se obriga ao recebimento dos bens em horários ou dias em que não há expediente nas repartições públicas municipais.

7.8. Será **recusado** qualquer produto **deteriorado, adulterado, avariado, corrompido ou em desacordo com as normas regulamentares de fabricação e distribuição**, bem como aquele que **não atender às especificações do Termo de Referência**.

7.9. Os bens objeto desta Ata serão recebidos:

7.10. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências e especificações solicitadas.

7.10.1. O recebimento provisório está voltado à conferência de volumes, confrontando-se Nota Fiscal do fornecedor com os respectivos registros e controles de compra.

7.10.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.

7.11. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:

7.11.1. Se for sobre a especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.11.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a Administração, no prazo máximo de (03) três dias úteis, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

7.11.1.2. O Município aceitará apenas uma única substituição, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.12.2. Se for sobre diferença nas características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.12.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não isenta o fornecedor quanto às responsabilidades futuras sobre a qualidade do produto entregue durante o prazo de garantia e as respectivas condições.

7.14. Se verificada, a qualquer tempo, a inadequação do produto, e a empresa não realizar a troca nos prazos e condições previstas, ou se o material trocado também apresentar inadequação, a empresa ficará sujeita às penalidades, sem isenção da responsabilidade criminal.

7.15. A aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado deverá observar os requisitos técnicos, normativos e operacionais mínimos que assegurem a qualidade, a durabilidade e a conformidade do material com as condições de uso previstas nesta Ata e no Termo de Referência.



7.16. Subcontratação

7.16.1. Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o fornecimento, transporte e entrega dos materiais, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte.

7.17. Para fins de padronização, os materiais deverão atender às **especificações técnicas previstas no Termo de Referência** e às **normas da ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)**, ou norma que venha a substituí-la, podendo ser aceitas **marcas equivalentes** desde que apresentem desempenho e características técnicas compatíveis.

7.18. Garantia e Assistência Técnica

7.18.1. A presente aquisição **dispensa garantia e assistência técnica** específica, considerando-se tratar de bens não perecíveis, de longa durabilidade e baixa complexidade técnica, cuja manutenção e conservação são de responsabilidade da própria Administração Municipal.

7.18.2. Eventuais defeitos de fabricação constatados no momento da entrega deverão ser sanados pela contratada mediante **substituição imediata das peças** com defeito, sem ônus ao Município, conforme o previsto na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor**.

7.19. Validade dos Produtos

7.19.1. Por se tratar de produtos **não perecíveis**, o requisito de validade não se aplica. Os materiais deverão, contudo, ser **novos, de primeira qualidade e fabricados recentemente**, garantindo a plena resistência e durabilidade conforme as normas técnicas aplicáveis.

7.20. Instalação e/ou Montagem

A presente contratação **não contempla serviços de instalação, montagem ou assentamento**. A responsabilidade da contratada limita-se ao fornecimento, transporte e descarga dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte. As atividades de assentamento e aplicação dos produtos serão executadas pela equipe da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO.

8.1. As condições da aquisição deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2. A execução da aquisição será acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) identificados a seguir, da Secretaria Municipal de Interior e Transporte, de forma a fazer cumprir rigorosamente as condições expressas nesta Ata.

Natyelle Silva Guarnier, Gerente de Manutenção e Conservação de Estradas Rurais, Mat 17916, e-mail secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

Elson Luiz Mayer, Gerente Regional, Mat 19341, email secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Pela consecução dos objetivos previstos nesta Ata de Registro de Preços, a Contratada, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

9.1 Atender integralmente ao fornecimento do objeto, de acordo com as **especificações técnicas, prazos e condições** constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, nesta Ata de Registro de Preços e no contrato (quando houver), conforme a proposta apresentada e a legislação vigente, sem qualquer ônus adicional para a Administração, observando os **padrões de segurança e qualidade exigidos**.

9.2 Responsabilizar-se pela **boa execução, qualidade e eficiência** no fornecimento dos bens, incluindo o cumprimento integral das normas técnicas aplicáveis e demais dispositivos legais.



9.3 Reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer bens em que se verifiquem irregularidades, defeitos ou divergências quanto às especificações exigidas.

9.4 Providenciar a **imediata correção das deficiências** apontadas pela Administração quando da conferência ou recebimento dos produtos.

9.5 Apresentar, sempre que solicitado, **documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos**, inclusive catálogos técnicos, fichas de produto ou laudos de conformidade.

9.6 Comunicar por escrito ao Município quaisquer **ocorrências ou anormalidades** que possam comprometer a execução contratual, propondo as medidas corretivas necessárias.

9.7 Assumir **plena responsabilidade por danos** causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento, mesmo que de forma culposa, isentando o Município de toda e qualquer reclamação, judicial ou extrajudicial. O Município poderá descontar o valor correspondente de eventuais créditos devidos à Contratada.

9.8 Arcar com **todos os custos** relativos ao fornecimento, incluindo transporte, frete, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à perfeita execução do contrato.

9.9 Manter **endereço eletrônico (e-mail) válido** para comunicação oficial com a Administração, devendo informar imediatamente qualquer alteração.

9.10 Fiscalizar internamente o **cumprimento das obrigações contratuais**, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Município.

9.11 Não permitir que empregados ou prepostos **forneçam bens ou serviços além do previsto** neste Termo e na Ata de Registro de Preços.

9.12 Executar o objeto contratual por meio de **pessoas idôneas**, responsabilizando-se por atos e omissões de seus empregados, podendo o Município exigir a substituição de qualquer colaborador cuja conduta seja inadequada.

9.13 Prestar **esclarecimentos imediatos** sempre que solicitado pela Administração, atendendo prontamente às eventuais reclamações.

9.14 Manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos decorrentes, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas no edital, inclusive a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária**.

9.15 Adotar **conduta ética, profissional e transparente** em todas as interações com a Administração, abstendo-se de qualquer prática ilegal, imoral ou que possa prejudicar a imagem do Município.

9.16 Garantir que **todas as comunicações formais** relativas à execução do contrato sejam realizadas **por escrito**, via e-mail institucional ou outro canal previamente acordado.

9.17 Direcionar comunicações verbais exclusivamente ao **Gestor e ao Fiscal do Contrato** designados pela Administração, mantendo sempre tratamento **respeitoso, formal e profissional**.

9.18 **Registrar todas as ocorrências** durante a execução contratual, comunicando-as imediatamente ao Município.

9.19 Responsabilizar-se por **vícios de qualidade ou quantidade**, bem como por disparidades em relação às especificações técnicas, ainda que verificados após a entrega, nos termos do **Código de Defesa do Consumidor**.

9.20 Nomear **preposto formalmente identificado** para representar a empresa durante toda a execução contratual, com poderes para responder pela Contratada perante o Município.

9.21 Manter **sigilo absoluto** sobre todas as informações, documentos e dados que tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por qualquer divulgação indevida, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.



9.22 Efetuar o pagamento de todos os **tributos, contribuições e encargos legais** incidentes sobre o contrato, apresentando, quando solicitado, os respectivos comprovantes de quitação.

9.23 Cumprir o disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

9.24 Assumir integral responsabilidade por todas as **obrigações trabalhistas e previdenciárias** decorrentes da execução contratual, inexistindo vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.

9.25 Manter **padrões elevados de ética, responsabilidade social e ambiental**, observando a legislação nacional e os compromissos internacionais de direitos humanos e sustentabilidade.

9.26 É **vedada a subcontratação, cessão ou transferência**, total ou parcial, do objeto deste contrato, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.

9.27. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz.

9.28. A Contratada deve manter a mais elevada conduta ética e profissional durante toda a execução deste Contrato e em todas as interações dele decorrentes. Isso inclui agir com integridade, honestidade e transparência, cumprindo todas as leis e regulamentos aplicáveis. A Contratada também deve abster-se de qualquer prática antiética, ilegal ou prejudicial à imagem e aos interesses da Contratante.

9.29. A Contratada deve garantir que todas as comunicações relativas a este Contrato sejam estritamente formais e por escrito, utilizando e-mail ou outros canais previamente acordados entre as partes.

9.30. Comunicações verbais devem ser exclusivamente direcionadas ao Fiscal do Contrato e/ou ao Gestor do Contrato designados pela Contratante. Em todas as interações, a Contratada e seus empregados devem utilizar linguagem profissional e formal, abstendo-se de gírias ou expressões informais, tratando com civilidade e cortesia os servidores da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

Pela consecução dos objetivos previstos nesta Ata de Registro de Preços, a Contratante, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

10.1 Fiscalizar o **perfeito cumprimento do objeto e das cláusulas** constantes no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e contrato, quando houver, observando a conformidade técnica, quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos.

10.2 Comunicar à Contratada, **por escrito**, quaisquer irregularidades observadas durante o fornecimento, sejam relacionadas à qualidade do material, prazos de entrega ou outras inconformidades, para que sejam adotadas as **providências imediatas** visando à correção.

10.3 Efetuar o **pagamento das Notas Fiscais** apresentadas pela Contratada, conforme os prazos, condições e critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, após o **atesto de recebimento definitivo** do objeto.

10.4 Promover o **acompanhamento e fiscalização técnica** da execução, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando as ocorrências relevantes e solicitando, quando necessário, **as medidas corretivas** cabíveis.

10.5 **Rejeitar, total ou parcialmente**, o objeto entregue pela Contratada que esteja em desacordo com as especificações do Edital, Termo de Referência, proposta ou legislação vigente.

10.6 Verificar se a Contratada **mantém, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas**, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.



10.7 Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e neste instrumento, sempre que constatado o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada.

10.8 Fornecer informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratada, de modo a viabilizar a execução adequada do fornecimento e o cumprimento das obrigações contratuais.

10.9 Garantir condições adequadas para a entrega dos materiais, especialmente quanto ao acesso aos locais designados, horários e infraestrutura de recebimento, quando as entregas forem realizadas dentro das dependências do Município.

10.10 Abster-se de solicitar aos empregados da Contratada a execução de serviços que não estejam previstos neste instrumento, bem como de conceder quaisquer **vantagens, benefícios ou pagamentos diretos** a esses empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

11.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.4. Não assinar o esta Ata ou o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

11.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 13.846/2013.

11.2. O fornecedor/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 A aplicação das sanções administrativas obedecerá as disposições do Decreto Normativo nº INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - Nº 010/2023 - VERSÃO 01.

11.4 A pensalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções:

11.5 Em caso de aplicação da penalidade de multa, será obedecidos os seguintes critérios:

11.5.1 multa de mora - punição de caráter pecuniário e será aplicada no caso de atraso injustificado na execução total ou parcial do contrato (entrega de bens ou prestação de serviço), correspondendo ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor previsto no subitem 10.5.1.1, limitado a 30 (trinta) dias.

11.5.1.1 A base de cálculo será o valor total contratado, em se tratando de entrega única, e o valor da parcela em mora, no caso de entrega parcelada.

11.5.2 As sanções de **multa de mora ou de multa compensatória**, aplicadas individual ou acumuladamente, não poderão ser inferiores a **0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado em contratação direta** e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **10.1** deste contrato.

11.5.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada por meio da emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou ainda judicialmente.



11.5.4 No cálculo de apuração do valor referente à penalidade de multa, deverão ser incluídos os dias de início, primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e o de efetivo adimplemento contratual.

11.5.5 A **multa compensatória** será aplicada por descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais. Possui caráter indenizatório, cujo objetivo é compensar a Administração pelos prejuízos causados e obedecerá às seguintes disposições:

I - o atraso injustificado e superior ao previsto no caput do artigo 8º (30 dias) será considerado inexecução contratual total ou parcial, sujeitando o infrator à cobrança, além de multa moratória, de multa compensatória de 1 a 5% (um a cinco por cento) sobre o valor total do contrato, conforme critérios estabelecidos no artigo 7º da IN IN SCI - Nº 010/2023 - VERSÃO 01, podendo ensejar sua extinção;

II - a inexecução, no todo ou em parte, de qualquer cláusula pactuada, sujeitando o infrator à multa compensatória de 6 a 10% (seis a dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ensejar sua extinção.

11.5.6 O percentual estabelecido no inciso II do item 10.5.5 poderá ser dobrado, nos casos de reincidência.

11.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS.

12.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

12.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

12.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

12.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

12.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

12.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

12.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

12.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.



- 13.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições desta ata de registro de preços sem motivo justificado;
 - b) não retirar a Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 11.3.2; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Na hipótese prevista na alínea "d" do subitem anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.3. O cancelamento do registro será formalizado por Termo de Cancelamento do registro a ser elaborado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora e encaminhado por meio de Ofício, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 11.2.3 e 11.3.4.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

14.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Domingos Martins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS.

15.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

15.1.1. O remanejamento somente será feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

15.1.2. O Órgão ou Entidade gerenciadora tendo estimado as quantidades que pretendia contratar será considerada participante para fins do remanejamento.

15.1.3. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

- a) as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



15.1.4. Para fins do disposto no subitem 6.1, competirá ao Órgão ou Entidade Gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

15.1.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

15.1.6. Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no subitem 6.1.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS.

16.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora por meio de instrumento contratual, quando viável, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de fornecimento, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.1. Os instrumentos de que o subitem anterior deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo que os valores acrescentados ou suprimidos não serão contabilizados no saldo desta Ata.

16.3. A vigência dos contratos decorrentes desta ata, poderá ser prorrogada se atender aos critérios definidos na Lei 14.133/2021, desde que os procedimentos para a prorrogação sejam realizados dentro do seu prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos, e Decreto Normativo Municipal nº 4.393/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO.

18.1. O preço registrado nesta ata será publicado no site oficial da Prefeitura de Domingos Martins e no PNCP e por extrato no Diário Oficial dos Municípios, e disponibilizado durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se ao Poder Público, a realização de licitação específica para a contratação pretendida ou contratação direta, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021. Em todo caso, deverá a



Administração justificar o motivo da não utilização do registro de preços e será assegurada ao beneficiário do registro preferência para contratação em igualdade de condições.

19.2. Aplicam-se ao Sistema de Registro de Preços e às contratações dele decorrentes as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e os procedimentos definidos na Instrução Normativa SCI nº 008/2018, na última versão aprovada.

19.3. A presente ata de registro de preços poderá ser declarada nula pela Administração, por razões de ilegalidade, assegurados aos interessados a ampla defesa e o contraditório.

19.4. No âmbito do Poder Executivo, todos os processos que envolvam licitação para registro de preços e adesões a Atas de Registro de Preços deverão ser submetidos à análise prévia da Procuradoria-Geral do Município quanto aos aspectos jurídicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO.

20.1. É eleito o Foro da Comarca de Domingos Martins para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, foi assinada pelas partes.

Domingos Martins- ES,..... DE DE 2026.

MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

Eduardo José Ramos
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

XXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de xxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX
Empresa Detentora da Ata



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº XXXX/2026

O **MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS**, Estado do Espírito Santo, com sede na Rua Bernardino Monteiro, nº 22, Centro desta Cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 27.150556/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **Eduardo José Ramos**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE xxxxxxxx**, representada pelo(a) Secretária(o) Municipal Sr.(a). xxxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designada CONTRATADA, representada pelo(a) Sr.(a), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e 147/2014, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico** nº 000002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a Aquisição de tubos e canaletas de concreto e laje premoldada para PV com tampão de ferro fundido articulado para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins no âmbito das Secretarias Municipais de Interior e Transporte e Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 000002/2026 e no Termo de Referência, anexo ao edital.

1.1.1. Os tubos e canaletas deverão ser **pré-moldados em concreto vibroprensado**, armado ou simples, conforme o caso, atendendo integralmente às normas da **ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)** e demais normas técnicas aplicáveis.

1.1.2. As peças deverão possuir resistência característica (fck) compatível com a classe de carga especificada, superfícies regulares, isentas de fissuras, falhas de concretagem ou imperfeições que comprometam sua durabilidade e estanqueidade.

1.1.3. O sistema de encaixe **macho e fêmea (ponta e bolsa)** deverá assegurar vedação eficiente e montagem rápida.

1.1.4. As dimensões, tolerâncias e formas de fabricação devem garantir uniformidade, intercambialidade e compatibilidade entre as peças.

1.1.5. O fornecimento incluirá **transporte, entrega e descarga nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, conforme programação previamente definida.

1.2. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 000002/2026, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 000002/2026, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA.

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado apenas para a conclusão da aquisição, quando necessário.



3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO.

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Secretaria: Interior e Transportes
Dotação: 140001.2645100312.047- 33903000000
Ficha-Fonte: 568- 150000009999

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos
Dotação: 120001.1545100192.031- 33903000000
Ficha-Fonte: 454- 150000009999

5. CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será efetuado **de forma parcelada, proporcionalmente às entregas realizadas**, conforme as requisições emitidas e os recebimentos definitivos dos materiais, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

O pagamento será realizado **mediante apresentação da Nota Fiscal** correspondente à Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte, devidamente **atestado o recebimento definitivo** pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Não serão aceitas Notas Fiscais com **emendas, rasuras ou divergências** em relação às quantidades e valores registrados nas Autorizações de Fornecimento.

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite total e definitivo dos produtos, e o ateste da Secretaria requisitante, com a apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, sem emendas ou rasuras, conforme Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

5.3. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao fornecedor para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura definitivamente retificada.

5.4. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, constante na Nota Fiscal/Fatura.

5.5. O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedado ao fornecedor realizar cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

5.6. A Prefeitura Municipal de Domingos Martins poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.



5.7. Para a efetivação do pagamento, o fornecedor deverá manter as mesmas condições no que se refere à Proposta e à Habilitação, bem como fornecer os documentos necessários a comprovação da despesa exigidos pela secretaria requisitante.

6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE.

6.1. Os preços serão fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, que é x03/12/2025 conforme Relatório de Preços Médios anexado pela Gerência de Compras à págs. 118 do processo nº 13922/2025.

6.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado para a contratação definido pela Prefeitura, aplicando-se o índice de IPCA.

6.3. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para o reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da contratada, logo após a conclusão do período aquisitivo.

6.7. Caso a contratada não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue a contratação sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito ao mesmo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

7.1. Forma e Prazo de Entrega

7.1.1. O objeto desta Ata deverá ser **entregue de forma parcelada**, conforme as necessidades da **Secretaria Municipal de Interior e Transporte**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes.

7.1.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante **emissão de Autorização de Fornecimento (AF)** ou documento equivalente expedido pela Secretaria solicitante. O prazo máximo para entrega, contado da data da solicitação formal, será de **até 7 (sete) dias corridos**, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração.

7.1.3. A entrega será realizada **de maneira programada**, conforme cronograma ou requisição, podendo ocorrer em diferentes períodos do exercício, de acordo com a necessidade operacional da Prefeitura.

7.2. Ocorrendo fato superveniente que impeça o fornecedor de realizar a entrega dentro do prazo estabelecido, este deverá **comunicar formalmente** as razões do impedimento **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, apresentando justificativa e documentação comprobatória. A solicitação será analisada pela Administração, observando-se os princípios da razoabilidade e da economicidade, ressalvados os casos de **força maior ou caso fortuito**.

7.3. Caso a entrega não seja efetuada no prazo estabelecido, e não havendo justificativa aceita pela Administração, o fornecedor sujeitar-se-á às penalidades decorrentes deste fato.

7.4. A entrega será realizada no pátio da Secretaria Municipal de Interior e Transporte – SECINT, localizado na Rua Waldemiro A Hulle, nº 48, Domingos Martins/ES, CEP: 29260-000, em dias e horários previamente agendados com a Secretaria requisitante, **podendo, ainda, ocorrer em outros locais no âmbito do município de Domingos Martins/ES**, conforme a necessidade e destinação dos materiais.



7.5. O transporte e a entrega dos bens no(s) local(is) indicado(s) acima são de responsabilidade do fornecedor.

7.6. A entrega deverá ser realizada pelo fornecedor em dias úteis, obedecendo ao horário de funcionamento da Prefeitura, com início a partir das 08 horas e encerramento, no máximo, às 17 horas.

7.7. A Prefeitura não se obriga ao recebimento dos bens em horários ou dias em que não há expediente nas repartições públicas municipais.

7.8. Será **recusado** qualquer produto **deteriorado, adulterado, avariado, corrompido ou em desacordo com as normas regulamentares de fabricação e distribuição**, bem como aquele que **não atender às especificações do Termo de Referência**.

7.9. Os bens objeto deste Contrato serão recebidos:

7.10. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências e especificações solicitadas.

7.10.1. O recebimento provisório está voltado à conferência de volumes, confrontando-se Nota Fiscal do fornecedor com os respectivos registros e controles de compra.

7.10.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.

7.11. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município poderá:

7.11.1. Se for sobre a especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.11.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a Administração, no prazo máximo de (03) três dias úteis, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

7.11.1.2. O Município aceitará apenas uma única substituição, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.12.2. Se for sobre diferença nas características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.12.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, sem acréscimo no valor da aquisição.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não isenta o fornecedor quanto às responsabilidades futuras sobre a qualidade do produto entregue durante o prazo de garantia e as respectivas condições.

7.14. Se verificada, a qualquer tempo, a inadequação do produto, e a empresa não realizar a troca nos prazos e condições previstas, ou se o material trocado também apresentar inadequação, a empresa ficará sujeita às penalidades, sem isenção da responsabilidade criminal.

7.15. A aquisição de tubos e canaletas de concreto pré-moldado vibroprensado deverá observar os requisitos técnicos, normativos e operacionais mínimos que assegurem a qualidade, a durabilidade e a conformidade do material com as condições de uso previstas neste contrato e no Termo de Referência.

7.16. Subcontratação

7.16.1. Não é admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o fornecimento, transporte e entrega dos materiais, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte.

7.17. Para fins de padronização, os materiais deverão atender às **especificações técnicas previstas no Termo de Referência** e às **normas da ABNT NBR 8890/2023 (Tubos de Concreto para Água Pluvial)**, ou



norma que venha a substituí-la, podendo ser aceitas **marcas equivalentes** desde que apresentem desempenho e características técnicas compatíveis.

7.18. Garantia e Assistência Técnica

7.18.1. A presente aquisição **dispensa garantia e assistência técnica** específica, considerando-se tratar de bens não perecíveis, de longa durabilidade e baixa complexidade técnica, cuja manutenção e conservação são de responsabilidade da própria Administração Municipal.

7.18.2. Eventuais defeitos de fabricação constatados no momento da entrega deverão ser sanados pela contratada mediante **substituição imediata das peças** com defeito, sem ônus ao Município, conforme o previsto na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor**.

7.19. Validade dos Produtos

7.19.1. Por se tratar de produtos **não perecíveis**, o requisito de validade não se aplica. Os materiais deverão, contudo, ser **novos, de primeira qualidade e fabricados recentemente**, garantindo a plena resistência e durabilidade conforme as normas técnicas aplicáveis.

7.20. Instalação e/ou Montagem

A presente contratação **não contempla serviços de instalação, montagem ou assentamento**. A responsabilidade da contratada limita-se ao fornecimento, transporte e descarga dos materiais nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Interior e Transporte. As atividades de assentamento e aplicação dos produtos serão executadas pela equipe da Administração Municipal.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.

8.1. As condições da aquisição deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2. A execução da aquisição será acompanhada e fiscalizada pelo(s) servidor(es) identificados a seguir, da Secretaria Municipal de Interior e Transporte, de forma a fazer cumprir rigorosamente as condições expressas neste contrato.

Natyelle Silva Guarnier, Gerente de Manutenção e Conservação de Estradas Rurais, Mat 17916, e-mail secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

Elson Luiz Mayer, Gerente Regional, Mat 19341, email secint@domingosmartins.es.gov.br, (27) 93618-0721

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Pela consecução dos objetivos previstos neste contrato, a Contratada, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

9.1 Atender integralmente ao fornecimento do objeto, de acordo com as **especificações técnicas, prazos e condições** constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na Ata de Registro de Preços e nest contrato, conforme a proposta apresentada e a legislação vigente, sem qualquer ônus adicional para a Administração, observando os **padrões de segurança e qualidade exigidos**.

9.2 Responsabilizar-se pela **boa execução, qualidade e eficiência** no fornecimento dos bens, incluindo o cumprimento integral das normas técnicas aplicáveis e demais dispositivos legais.

9.3 **Reparar, corrigir, substituir ou remover**, às suas expensas, total ou parcialmente, quaisquer bens em que se verifiquem irregularidades, defeitos ou divergências quanto às especificações exigidas.

9.4 Providenciar a **imediata correção das deficiências** apontadas pela Administração quando da conferência ou recebimento dos produtos.



- 9.5** Apresentar, sempre que solicitado, **documentos que comprovem a procedência dos produtos fornecidos**, inclusive catálogos técnicos, fichas de produto ou laudos de conformidade.
- 9.6** Comunicar por escrito ao Município quaisquer **ocorrências ou anormalidades** que possam comprometer a execução contratual, propondo as medidas corretivas necessárias.
- 9.7** Assumir **plena responsabilidade por danos** causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento, mesmo que de forma culposa, isentando o Município de toda e qualquer reclamação, judicial ou extrajudicial. O Município poderá descontar o valor correspondente de eventuais créditos devidos à Contratada.
- 9.8** Arcar com **todos os custos** relativos ao fornecimento, incluindo transporte, frete, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à perfeita execução do contrato.
- 9.9** Manter **endereço eletrônico (e-mail) válido** para comunicação oficial com a Administração, devendo informar imediatamente qualquer alteração.
- 9.10** Fiscalizar internamente o **cumprimento das obrigações contratuais**, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Município.
- 9.11** Não permitir que empregados ou prepostos **forneçam bens ou serviços além do previsto** neste Termo e na Ata de Registro de Preços.
- 9.12** Executar o objeto contratual por meio de **pessoas idôneas**, responsabilizando-se por atos e omissões de seus empregados, podendo o Município exigir a substituição de qualquer colaborador cuja conduta seja inadequada.
- 9.13** Prestar **esclarecimentos imediatos** sempre que solicitado pela Administração, atendendo prontamente às eventuais reclamações.
- 9.14** Manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos decorrentes, **todas as condições de habilitação e qualificação** exigidas no edital, inclusive a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária**.
- 9.15** Adotar **conduta ética, profissional e transparente** em todas as interações com a Administração, abstendo-se de qualquer prática ilegal, imoral ou que possa prejudicar a imagem do Município.
- 9.16** Garantir que **todas as comunicações formais** relativas à execução do contrato sejam realizadas **por escrito**, via e-mail institucional ou outro canal previamente acordado.
- 9.17** Direcionar comunicações verbais exclusivamente ao **Gestor e ao Fiscal do Contrato** designados pela Administração, mantendo sempre tratamento **respeitoso, formal e profissional**.
- 9.18** **Registrar todas as ocorrências** durante a execução contratual, comunicando-as imediatamente ao Município.
- 9.19** Responsabilizar-se por **vícios de qualidade ou quantidade**, bem como por disparidades em relação às especificações técnicas, ainda que verificados após a entrega, nos termos do **Código de Defesa do Consumidor**.
- 9.20** Nomear **preposto formalmente identificado** para representar a empresa durante toda a execução contratual, com poderes para responder pela Contratada perante o Município.
- 9.21** Manter **sigilo absoluto** sobre todas as informações, documentos e dados que tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se por qualquer divulgação indevida, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.
- 9.22** Efetuar o pagamento de todos os **tributos, contribuições e encargos legais** incidentes sobre o contrato, apresentando, quando solicitado, os respectivos comprovantes de quitação.



9.23 Cumprir o disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, que veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

9.24 Assumir integral responsabilidade por todas as **obrigações trabalhistas e previdenciárias** decorrentes da execução contratual, inexistindo vínculo empregatício entre seus empregados e o Município.

9.25 Manter **padrões elevados de ética, responsabilidade social e ambiental**, observando a legislação nacional e os compromissos internacionais de direitos humanos e sustentabilidade.

9.26 É **vedada a subcontratação, cessão ou transferência**, total ou parcial, do objeto deste contrato, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis.

9.27. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz.

9.28. A Contratada deve manter a mais elevada conduta ética e profissional durante toda a execução deste Contrato e em todas as interações dele decorrentes. Isso inclui agir com integridade, honestidade e transparência, cumprindo todas as leis e regulamentos aplicáveis. A Contratada também deve abster-se de qualquer prática antiética, ilegal ou prejudicial à imagem e aos interesses da Contratante.

9.29. A Contratada deve garantir que todas as comunicações relativas a este Contrato sejam estritamente formais e por escrito, utilizando e-mail ou outros canais previamente acordados entre as partes.

9.30. Comunicações verbais devem ser exclusivamente direcionadas ao Fiscal do Contrato e/ou ao Gestor do Contrato designados pela Contratante. Em todas as interações, a Contratada e seus empregados devem utilizar linguagem profissional e formal, abstendo-se de gírias ou expressões informais, tratando com civildade e cortesia os servidores da Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Pela consecução dos objetivos previstos neste Termo, a Contratante, além das obrigações definidas em outras cláusulas deste instrumento ou estabelecidas em lei, obriga-se a:

10.1. Fiscalizar o **perfeito cumprimento do objeto e das cláusulas** constantes no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e deste contrato, observando a conformidade técnica, quantitativa e qualitativa dos bens fornecidos.

10.2. Comunicar à Contratada, **por escrito**, quaisquer irregularidades observadas durante o fornecimento, sejam relacionadas à qualidade do material, prazos de entrega ou outras inconformidades, para que sejam adotadas as **providências imediatas** visando à correção.

10.3. Efetuar o **pagamento das Notas Fiscais** apresentadas pela Contratada, conforme os prazos, condições e critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, após o **atesto de recebimento definitivo** do objeto.

10.4. Promover o **acompanhamento e fiscalização técnica** da execução, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, registrando as ocorrências relevantes e solicitando, quando necessário, **as medidas corretivas** cabíveis.

10.5. Rejeitar, total ou parcialmente, o objeto entregue pela Contratada que esteja em desacordo com as especificações do Edital, Termo de Referência, proposta ou legislação vigente.

10.6. Verificar se a Contratada **mantém, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas**, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

10.7. Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e neste instrumento, sempre que constatado o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada.



10.8. Fornecer informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratada, de modo a viabilizar a execução adequada do fornecimento e o cumprimento das obrigações contratuais.

10.9. Garantir condições adequadas para a entrega dos materiais, especialmente quanto ao acesso aos locais designados, horários e infraestrutura de recebimento, quando as entregas forem realizadas dentro das dependências do Município.

10.10. Abster-se de solicitar aos empregados da Contratada a execução de serviços que não estejam previstos neste instrumento, bem como de conceder quaisquer **vantagens, benefícios ou pagamentos diretos** a esses empregados.

10.11. O prazo para resposta de pedidos de repactuação/reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do momento em que o pedido da contratada se encontra correto e completamente instruído.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 11.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 11.1.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 11.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.4.** Não assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 11.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 A aplicação das sanções administrativas obedecerá as disposições do Decreto Normativo nº INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO - Nº 010/2023 - VERSÃO 01.

11.4 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções:

11.5 Em caso de aplicação da penalidade de multa, serão obedecidos os seguintes critérios:

11.5.1 multa de mora - punição de caráter pecuniário e será aplicada no caso de atraso injustificado na execução total ou parcial do contrato (entrega de bens ou prestação de serviço), correspondendo ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor previsto no subitem 11.5.1.1, limitado a 30 (trinta) dias.

11.5.1.1 A base de cálculo será o valor total contratado, em se tratando de entrega única, e o valor da parcela em mora, no caso de entrega parcelada.

11.5.2 As sanções de **multa de mora ou de multa compensatória**, aplicadas individual ou acumuladamente, não poderão ser inferiores a **0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado em contratação direta** e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **11.1** deste contrato.

11.5.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



descontada da garantia prestada ou será cobrada por meio da emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou ainda judicialmente.

11.5.4 No cálculo de apuração do valor referente à penalidade de multa, deverão ser incluídos os dias de início, primeiro dia útil após o vencimento da obrigação, e o de efetivo adimplemento contratual.

11.5.5 A **multa compensatória** será aplicada por descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais. Possui caráter indenizatório, cujo objetivo é compensar a Administração pelos prejuízos causados e obedecerá às seguintes disposições:

I - o atraso injustificado e superior ao previsto no caput do artigo 8º (30 dias) será considerado inexecução contratual total ou parcial, sujeitando o infrator à cobrança, além de multa moratória, de multa compensatória de 1 a 5% (um a cinco por cento) sobre o valor total do contrato, conforme critérios estabelecidos no artigo 7º da IN IN SCI - Nº 010/2023 - VERSÃO 01, podendo ensejar sua extinção;

II -a inexecução, no todo ou em parte, de qualquer cláusula pactuada, sujeitando o infrator à multa compensatória de 6 a 10% (seis a dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo ensejar sua extinção.

11.5.6 O percentual estabelecido no inciso II do item 11.5.5 poderá ser dobrado, nos casos de reincidência.

11.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.

12.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.1.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO.

13.1. O PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES.

14.1. É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.1.3. Subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO.

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Domingos Martins para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE
**DOMINGOS
MARTINS**

Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro
Domingos Martins-ES, CEP: 29.260-000
www.domingosmartins.es.gov.br
E-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br
Tel: (27) 93618-2338

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Domingos Martins- ES,..... de de 2026.

MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

Eduardo José Ramos
Prefeito

MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

xxxxxxxxx
Secretário(a) Municipal de xxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXX

xxxxxxx
Contratada